

NO EDIFÍCIO ANADIA

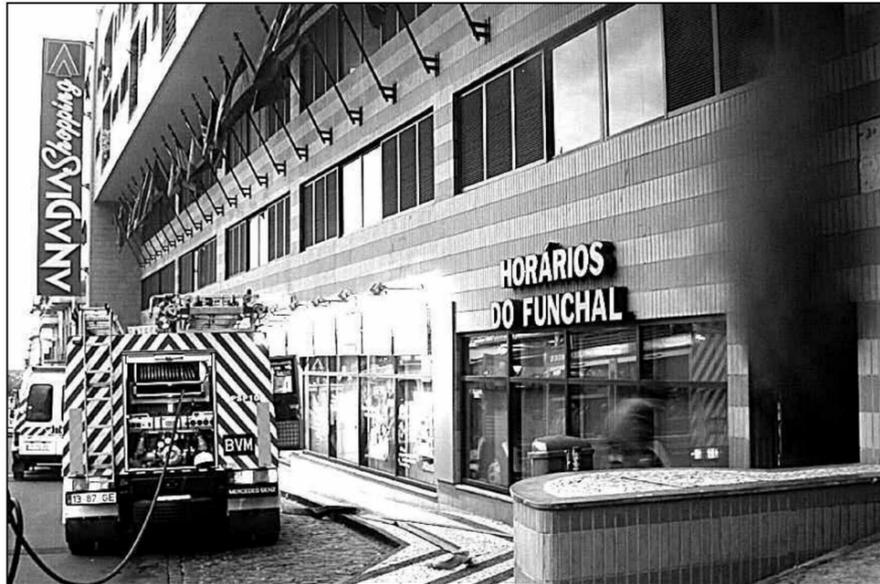
Incêndio na arrecadação do lixo

- Um incêndio de origem desconhecida deflagrou na arrecadação do lixo, no C. C. Anadia.

Um incêndio que, em princípio, se desenhava para grandes proporções, deflagrou ontem, ao princípio da noite, num compartimento ao lado das instalações da "Horários do Funchal", no Centro Comercial Anadia.

O alerta foi dado pelo denso e escuro fumo que os bombeiros, posteriormente, vieram a verificar-se ter o foco na arrecadação do lixo e, ao contrário do que se imaginava, não atingiu a "HF".

Compareceram de imediato as duas corporações de bombeiros da cidade,



O fogo foi rapidamente extinto, mas o encerramento da rua ao trânsito era inevitável.

tendo estes conseguido entrar no compartimento, pela porta de emergência, utilizando máscaras com ar comprimido.

Baldes, caixas de madei-

ra, cartões e esferovite foram o alimento do incêndio, presumindo-se que tenha sido na esferovite a origem do fumo bastante escuro.

Também em Santa

Cruz deflagrou um incêndio numa oficina, tendo sido consumido pelas chamas um automóvel e várias máquinas.

JMR

FOI INTERNADA NO CHF

Criança abandonada no Centro Anadia

Uma criança foi, ontem, abandonada, alegadamente pela própria mãe, no centro comercial Anadia, no Fun-

chal.

A mãe terá solicitado a um indivíduo que se encontrava no centro comercial que tomasse con-

ta da criança por alguns momentos, pedido a que este acedesse.

A guarida, no entanto, terá demorado demasia-

do tempo, facto que fez o indivíduo tomar a decisão de chamar a polícia, que tomou conta da ocorrência.

A criança, do sexo feminino, aparenta ter dois a três anos e mostrava alguma debilidade, razão pela qual foi transportada para o Centro Hospitalar do Funchal, onde aguardava ser reivindicada e identificada.

EM PROL DA EFICIÊNCIA

Hospital poderá ter gestão empresarial

O Centro Hospitalar do Funchal poderá em breve adoptar um novo modelo de gestão que visa unicamente maior eficiência e produtividade. Este novo molde assenta sobretudo numa visão empresarial. Ou seja, as pessoas trabalham em função dos resultados que, neste caso, representam a satisfação do cidadão e do utente.

Este mesmo assunto esteve ontem em debate e análise no "workshop" subordinado ao tema "Novas formas de gestão hospitalar - Centros de responsabilidade integrada", o qual contou com a colaboração de profissionais da Região e do continente.

Este novo modelo de

gestão hospitalar já foi experimentado em Coimbra. Segundo explicou Daniel Ferro, administrador do Hospital do Barreiro, esta nova organização obteve sucesso. «Esse modelo de organização, penso que pioneiro na Administração Pública, parte de um princípio bastante simples, o de que um serviço poderia ser uma pequena empresa dentro de uma grande empresa: o hospital. Ou seja, são os próprios profissionais os responsáveis pelos resultados em que eles participam. Ou seja, quanto melhores resultados o serviço conseguir, traduzindo-se em mais vantagens para os utentes, mais motivação os profissionais vão ter. Enfim, uma filoso-

fia empresarial que se traduz fundamentalmente no estímulo que pode ajudar a que neste processo de mudança se dêem as mãos no sentido de se preocuparem mais com o serviço e com os interesses dos utentes».

Além disso, Daniel Ferro afirma que este novo modelo não depende do facto de a entidade ser pública ou privada. «O importante não é ser público ou privado, é reconhecer que os hospitais terão de ter um funcionamento como as organizações empresariais, e aí é que está o problema, pois nem sempre isso acontece».

Por seu turno, na Região já existe, há alguns anos, uma proposta no

sentido de que, pelo menos, alguns serviços hospitalares passem a funcionar sob este novo molde. No entanto, segundo Filomeno Paulo Gomes, presidente do Conselho de Administração do CHF, «existem sempre algumas resistências em qualquer processo de mudança. Aliás, a realização destes encontros tem também o objectivo de verificar quais as diversas sensibilidades sobre esta questão, como modo de preparação das Jornadas de Reflexão sobre o Sistema Regional de Saúde».

Aliás, segundo este responsável, esta questão da descentralização da gestão não passou ainda do papel, porque um dos problemas «é exactamente a forma de estar das pessoas». No entanto, tudo leva a crer que a evolução seja nesse sentido, começando pela descentralização em alguns serviços hospitalares.

LISETTE RODRIGUES

lrodriques@dnnoticias.pt



O PS, na AR, quer alterações no recreio náutico.

NÁUTICA DE RECREIO

Socialistas contra normas específicas

O grupo parlamentar do PS na Assembleia da República admite que o actual regulamento da náutica de recreio possa ser objecto de «melhoramentos» no que diz respeito às regiões autónomas. Mas os socialistas também acham que o diploma do PP, debatido ontem, «não serve» para o efeito. Pois, conforme assumiu Isabel Barata, deputada independente eleita na lista do PS-Açores, o projecto "popular" «deixa tudo em aberto».

O documento faz depender a aplicação da lei nos Açores e na Madeira da publicação de normas específicas que tenham em conta as particularidades dos arquipélagos. O regulamento actual, por exemplo, deixa para o Instituto Marítimo Portuário (IMP) as classificações e arqueações dos barcos de recreio. Além de que a obtenção da carta de navegador passa pelas escolas nacionais ou entidades credenciadas pelo IMP. «Sem que exista delegação de competências nas administrações regionais», denuncia o PP.

Nuno Melo, daquela bancada, desafiou o PS a «emendar a mão», deixando ainda no ar a ideia de que as autoridades regionais não te-

riam sido ouvidas no processo legislativo ocorrido em 99. Invocando a «segurança marítima» como uma preocupação nacional, os socialistas consideraram que não estavam em causa «interesses específicos» das ilhas e que nelas funcionavam delegações do IMP.

A oposição reagiu em bloco. Guilherme Silva (PSD-M) disse que a delegação da Madeira «funciona mal», sugerindo uma transferência de competências para as direcções regionais de portos.

Na discussão, ficou-se também a saber que os parlamentos insulares não tinham sido ouvidos sobre o diploma do PP. Almeida Santos revelou que os pedidos tinham seguido na véspera.

Nas votações que ocorrem habitualmente às quintas-feiras, o plenário aprovou o parecer da Comissão de Trabalho que recusa o processamento urgente da proposta da Assembleia Regional para a criação de um subsídio de inactividade destinado aos pescadores de atum. As bancadas do PSD e do PP votaram contra; as restantes, a favor.

SÉRGIO GOUVEIA,

em Lisboa

sgouveia@dnnoticias.pt

NOS PRAZERES

PP denuncia atentado ambiental na Calheta

Em visita à freguesia dos Prazeres, José Manuel Rodrigues, líder do CDS-PP regional, acentuou o contraste de duas situações: uma que defende e outra que atenta contra o ambiente.

Acompanhado de dirigentes "populares" locais, José Manuel Rodrigues efectuou uma visita à Quinta Pedagógica, considerada «um excelente exemplo do que se deve fazer em defesa do ambiente» e da «educação ambiental», e depois deslocou-se a uma lixeira junto à pedreira, um «mau exemplo da Câmara da Calheta, que despeja e deixa despejar todo o tipo de entulho».

A Quinta Pedagógica, uma obra da paróquia, recebeu elogios, porque contribui para que as «pes-

soas amem a natureza», enquanto a situação da lixeira, que ardia na altura da visita, foi classificada de «atentado ambiental».

O líder regional afirmou não compreender como é que passados 25 anos da implantação do poder local há «Câmaras na Madeira que deixam fazer estes atentados».

A lixeira, mesmo à beira de uma estrada, de acesso à parte mais a sul da freguesia, foi considerada um «mau cartão de visita para os turistas e para os Prazeres», em oposição ao cenário verde envolvente, uma «zona nobre para o turismo local», concluiu o líder do CDS-PP da Madeira.

NÉLIO SOUSA

Correspondente

nsousa@dnnoticias.pt